



ANO 13 Nº 6
Junho de 2004

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Perspectivas da economia gaúcha em 2004

Conforme foi divulgado por esta instituição ao final do ano, a economia gaúcha cresceu 4,7% em 2003, comparativamente ao ano anterior. Esse crescimento, o maior dos últimos seis anos e muito superior ao desempenho da própria economia brasileira (-0,2%), teve como principais impulsionadores, pelo lado da oferta, a agroindústria e, pelo lado da demanda, o setor exportador. A dinâmica da economia estadual tem vínculos estreitos com esses dois segmentos, mais estreitos que os da economia nacional. Isso pode ser explicado, no caso da agroindústria, pelas próprias raízes agrícolas do Estado e, no caso do setor exportador, pelo maior coeficiente de abertura externa da economia gaúcha que o da brasileira.

A atividade genuinamente agrícola do agronegócio, a agropecuária, que tem uma participação em torno de 15% no PIB gaúcho, destacou-se no ano passado pelo excepcional crescimento da produção da lavoura (23,7%). Pelos levantamentos atuais de projeção da safra agrícola para 2004 (IBGE/LSPA), observa-se queda nas safras de soja (-41%) e milho (-29%), devido à severa estiagem do verão. Compensando essa perda, verifica-se o crescimento do arroz (29%), do fumo (43%), da uva (36%) e do feijão (25%), que concorrem para a safra agrícola ser positiva em 2004, embora não repetindo o excelente desempenho do ano anterior. Ainda não se dispõe de previsão para o trigo, que poderá alterar o quadro. No Brasil, foi expressivo o crescimento de 6,4% da agropecuária no primeiro trimestre do ano, também alavancado pela lavoura.

A indústria de transformação, cerca de 33% do PIB gaúcho, cresceu 3,5% no ano passado, impulsionada por aqueles gêneros industriais que se articulam com o setor agrícola e/ou com o mercado externo. As informações até abril deste ano sobre o comportamento da indústria (IBGE, Pesquisa Industrial Mensal) apresentam um crescimento acumulado de 3,7% no Rio Grande do Sul, salientando-se as mesmas atividades referidas acima, reforçando aqueles vínculos. Destaca-se que o desempenho da indústria de transformação brasileira para esse mesmo período foi bem superior (6,5%).

Há indícios de aquecimento no mercado interno neste ano, atenuando o cenário deprimido do ano passado, conforme demonstra o crescimento de 14,4% do comércio varejista no Estado, até o primeiro trimestre de 2004 (FEE/IMCV). Esse crescimento é decorrente da trajetória positiva de taxas mensais crescentes desde dezembro último.

Por último, cabe referência ao desempenho recente das exportações gaúchas, que, no ano passado, alcançaram o montante de US\$ 8 bilhões e o segundo lugar no País. Foi excepcional também o desempenho das exportações brasileiras, US\$ 73 bilhões, a maior cifra registrada até então. As informações até abril deste ano atestam a continuidade desse excelente desempenho: crescimento real acumulado de 20,9% no RS e de 19,7% no Brasil, conforme a tabela.

Concluindo, as perspectivas da economia gaúcha em 2004 são otimistas no sentido de uma taxa positiva. Considerando os indicativos acima, essa taxa, entretanto, deverá situar-se abaixo da nacional, cujas estimativas recentes (IPEA) apontam um crescimento de 3,5% do PIB brasileiro para este ano. Esse crescimento provavelmente menor da economia gaúcha contraria a tendência dos últimos cinco anos de taxa média da economia do Estado maior que a brasileira.

Exportações do RS e do Brasil — jan.-abr./04

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	ÍNDICE DE VOLUME (1)	VALOR (US\$ milhões)
Brasil	119,68	26 038
RS	120,91	2 814

FONTE: FEE/NDADOS.

(1) Índice de Volume Laspeyres. Base: igual período do ano anterior = 100.

Maria Conceição Schettert (FEE/NCS)

A safra de grãos 2003/2004

As primeiras estimativas com relação à safra de grãos 2003/2004 no Brasil davam como certa uma produção maior do que a da safra de 2002/2003. Da mesma forma que na safra passada, as maiores expectativas concentravam-se na produção de soja. A maior parte do aumento no total produzido viria dessa lavoura — a produção passaria de 51,5 milhões de toneladas para algo em torno de 59,0 milhões. Parte do crescimento decorreria também da recuperação da lavoura de arroz, que, na safra 2002/2003, apresentou uma quebra significativa.

No entanto, os problemas climáticos ocorridos modificaram de forma drástica as expectativas iniciais. Ao invés de um crescimento esperado de mais de 14% no volume produzido

de soja no País, haverá uma redução de quase 3%. O Rio Grande do Sul parece ter sido o estado no qual ocorreram as maiores perdas. A previsão era de uma safra superior às 9,6 milhões de toneladas colhidas em 2002/2003, mas o que se configura atualmente é uma colheita 41% menor. No caso do arroz, ao contrário da soja, as previsões iniciais de crescimento da produção brasileira não só se confirmaram como foram superadas com larga margem — no momento do plantio, as estimativas eram de uma safra em torno de 11,8 milhões de toneladas, mas o último levantamento do IBGE indica 12,9 milhões de toneladas.

Produção agrícola no Brasil e no Rio Grande do Sul — safras 2002/2003 e 2003/2004

PRINCIPAIS PRODUTOS	BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	Produção (1 000t)		Δ% B/A	Produção (1 000t)		Δ% D/C
	2003 (A)	2004 (B)		2003 (C)	2004 (D)	
Arroz	10 320	12 931	25,30	4 697	6 036	28,51
Feijão	3 310	3 265	-1,36	138	137	-0,72
Milho	47 988	43 047	-10,30	5 428	3 842	-29,22
Soja	51 482	50 024	-2,83	9 579	5 669	-40,82

FONTE: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (estimativa abril de 2004).

Vivian Fürstenau (FEE/NEA)

Evolução recente da estrutura sindical no Rio Grande do Sul

Nos anos 80, o sindicalismo brasileiro viveu uma fase de ascenso, expresso no movimento grevista e no fortalecimento da prática da negociação coletiva. A década de 90, no entanto, foi marcada por uma maior fragmentação da representação de patrões e empregados — favorecida pelo fim do controle do Governo sobre os assuntos internos dessas entidades desde 1988 — e pela queda do poder de barganha sindical decorrente do aumento do desemprego, das políticas de estabilização econômica e da modernização organizacional e gerencial introduzida nas empresas. A fragmentação expressa-se no aumento do número de sindicatos, que, no Brasil, passou de 10.075 em 1990 para 15.961 em 2001 (aumento de 58,4%) e, no

Rio Grande do Sul, de 1.066 para 1.589 no mesmo período (aumento de 49,1%). Esse aumento correspondeu a uma elevação da participação de organizações com até 500 sócios no total de entidades. No País, essa participação passou de 48,2% em 1990 para 56,9% em 2001 e, no RS, de 48,9% para 57,3% no mesmo período. A redução do poder de barganha expressa-se, principalmente, no declínio do movimento paredista, mas também na diminuição da densidade sindical, a parcela da População Economicamente Ativa associada a sindicatos. No Brasil, a densidade passou de 15,6% em 1992 para 15,3% em 2002, enquanto, no RS, ela passou de 24,9% para 21,7% nesse período.

Número de sindicatos, total e por número de associados, e densidade sindical no Brasil e no RS — 1990-2002

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL		ATÉ 500 ASSOCIADOS		DENSIDADE SINDICAL (%)	
	1990	2001	1990	2001	1992	2002
Brasil	10 075	15 961	4 853	9 076	15,63	15,30
RS	1 066	1 589	521	911	24,92	21,72

FONTE: IBGE - PNAD 1992 e 2002.

IBGE - Sindicatos, Indicadores Sociais 1990, 1991 e 1992 (1996).

IBGE - Sindicatos, Indicadores Sociais 2001 (2003).

Walter Arno Pichler (FEE/NET)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta
de
Conjuntura FEE

China: segundo maior mercado das exportações gaúchas

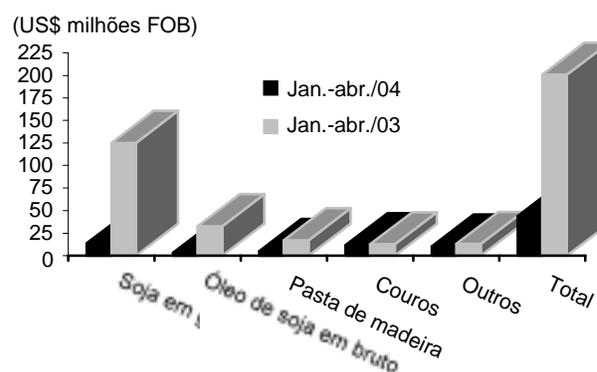
A China, desde 2002, é o segundo maior parceiro comercial do Estado, apresentando elevadas taxas de crescimento na aquisição de produtos gaúchos. As exportações para esse país, que eram de US\$ 444,6 milhões em 2002, passaram para US\$ 719,1 milhões em 2003, com um incremento de 62%. Em 2004, as vendas devem continuar em elevado patamar, pois, apenas nos primeiros quatro meses deste ano, as exportações para a China atingiram US\$ 201,1 milhões, com um acréscimo de 356%, no confronto com o mesmo período de 2003.

O que facilitou esse salto foi a forte demanda da China por produtos nos quais o Estado é competitivo, como a soja, cujo incremento nas exportações foi de 800% nos grãos e de 912% no óleo de soja em bruto em relação a jan.-abr./03. Assim, no primeiro quadrimestre de 2004, 62% do valor exportado foram de grãos de soja e 16% de óleo de soja em bruto, sendo a China o principal mercado gaúcho desses dois produtos. E, apesar da ocorrência de alguns problemas de contaminação dos grãos nos últimos embarques de maio, as medidas de maior controle nas exportações desse produto deverão sanar as ocorrências.

Além da soja (grãos e óleo), os principais produtos exportados para a China no período jan.-abr./04 foram a pasta química

da madeira e os couros, com grande destaque para as vendas de couros *wet blue*, de menor valor agregado. Esses quatro produtos representaram 93% das vendas para esse país e caracterizam-se por ser de reduzido ou médio valor agregado.

Principais exportações do Rio Grande do Sul para a China — jan.-abr./03-jan.-abr./04



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Sonia Unikowsky Teruchkin (FEE/NERI)

A guerra pelos talentos e as desigualdades mundiais em P&D

Reconhecida como essencial para a superação do subdesenvolvimento, a Pesquisa & Desenvolvimento de novos produtos — e a adaptação dos antigos a novos usos — é fruto de uma interação dinâmica entre as universidades e as empresas. Não é de hoje que os talentos em pesquisa são internacionalmente disputados pelos principais países produtores de inovações. Sua atração dá-se a partir de estratégias voluntaristas que obedecem a um esforço continuado, o qual deixa pouco espaço aos azares do mercado.

Nesse contexto, os Estados Unidos destacam-se como o país que vem tradicionalmente apresentando os melhores resultados na atração de pesquisadores renomados. A Universidade de Warwick estimou que, dos 1.200 pesquisadores líderes em diferentes áreas científicas, 700 estão, hoje, trabalhando nesse país.

Um ambiente institucional adequado é essencial para a obtenção de bons resultados nesse domínio. Nos EUA, destaca-se a presença da National Science Foundation (NSF), que conta com recursos orçamentários que superam os US\$ 5 bilhões, destinados ao financiamento de mais de 11.000 novos projetos anualmente. Essas oportunidades são complementares à atração exercida pelos *campi* universitários norte-americanos sobre estudantes e pesquisadores de diversas nacionalidades, como ilustra a tabela. Uma preocupação

recente diz respeito aos efeitos que a política de concessão de vistos dos EUA em relação aos estrangeiros, adotada depois do 11 de setembro, possa vir a ter sobre essa importante dinâmica norte-americana de recrutamento de quadros científicos de excelência.

Origem dos estudantes universitários estrangeiros nos EUA — 2003

PAÍSES	NÚMERO	%
Índia	74 603	12,72
China	64 757	11,04
Coréia do Sul	51 519	8,79
Japão	45 960	7,84
Taiwan	28 017	4,78
Brasil	8 388	1,43
TOTAL	586 323	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Institute of International Education.

André L. F. Scherer (FEE/NEI)

Aonde nos leva a austeridade fiscal do Governo Federal?

O fiscalismo da equipe palociana parece não ter fim. Seu primeiro ato foi radicalizar a política do FMI, ampliando o superávit primário de 3,5% para 4,25% do PIB. O segundo ato, radicalizar na “operação-padrão” para a liberação de verbas para demais ministérios. O terceiro ato, uma reforma tributária *sui generis*. Seus mentores defendiam que ela seria neutra em termos distributivos. Mas, de janeiro a abril de 2004, o Governo Federal já arrecadou R\$ 3,5 bilhões para além do previsto no Orçamento.

Em termos objetivos: (a) o superávit primário acumulado em 2004 já é de R\$ 32,4 bilhões (6,35% do PIB); (b) o superávit primário de abril foi o maior da nossa história, R\$ 11,9 bilhões; e (c) dado que os juros apropriados em abril foram de R\$ 9,9 bilhões, tivemos um superávit nominal de R\$ 2 bilhões no mês.

Tamanha austeridade impõe custos pesados para os trabalhadores no plano da determinação do salário mínimo e do nível de emprego da economia. Quais são seus benefícios? Para a equipe econômica, os benefícios virão com a queda da taxa de juros e da inflação. Ousamos duvidar.

Na verdade, duvidamos da hipótese que organiza a política fiscal atual de que a taxa de juros no Brasil seja elevada “porque” o mercado financeiro (interno e externo) teme financiar o Governo. Não negamos que o perfil de rolagem da dívida pública nacional (de curtíssimo prazo) revela uma desconfiança do público com relação à estabilidade das políticas públicas. Mas tal desconfiança não é função da relação dívida/PIB, nem pode ser dirimida pela redução desta. Pelo contrário, acreditamos que:

- a) a relação dívida pública/PIB brasileira (ver tabela) é baixa para os padrões internacionais e é facilmente sustentável;
- b) a relação dívida pública/PIB só não vem caindo mais rapidamente em função da elevadíssima taxa de juros, que é definida pelo Banco Central a partir de seus instrumentos de controle da liquidez interna;

- c) a taxa imposta pelo Banco Central é aquela que garante as condições para a rolagem da dívida externa e para o controle do mercado especulativo de divisas (vale dizer, a taxa de juros tem que ficar elevada porque faltam dólares; e, para não desvalorizar/inflacionar, o Governo paga prêmios crescentes de risco para especuladores internos e externos);
- d) o financiamento externo (via IDE ou empréstimos) mostra-se tão mais difícil e custoso, quanto mais nebuloso for o futuro econômico do País;
- e) só há névoas no futuro de um país que se aprisiona a um círculo vicioso de “juros altos para atrair dólares/dívida interna crescente/menor austeridade fiscal/desempenho econômico medíocre/ampliação do desemprego e da tensão social/ampliação do risco Brasil/juros ainda mais altos/dívida maior/etc.”;

Acreditamos que esse círculo vicioso só pode ser enfrentado se ampliarmos **autonomamente** a oferta de dólares. O que só é possível com o desenvolvimento de políticas, com instrumentos e instituições voltadas à conquista de novos mercados externos. Em suma: precisamos de menos austeridade fiscal e mais política industrial.

Relação dívida pública/PIB no Brasil — out./03-abr./04 (%)

PERÍODOS	DÍVIDA PÚBLICA/PIB
2003	
Out.	57,7
Nov.	58,3
Dez.	58,7
2004	
Jan.	58,6
Fev.	58,2
Mar.	57,3
Abr.	56,6

FONTE: Ipeadata.

Carlos Águedo Paiva (FEE/NEESF)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 17.06.04).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schimitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.